



ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO PARA REALIZAÇÃO DE ESTUDOS SOBRE O RETORNO AO TRABALHO PÓS PANDEMIA, ASSEGURANDO A SEGURANÇA DE MAGISTRADOS E SERVIDORES – RESOLUÇÃO Nº 1367/2020-TJAP

Aos vinte e dois dias do mês de junho de dois mil e vinte, às 09:00 horas, em ambiente virtual, devido a pandemia decorrente do Covid-19 e seu com consequente isolamento social, reuniram-se os membros da Comissão, constituída pelo Desembargador **JOÃO GUILHERME LAGES MENDES** – Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá; Juiz Auxiliar da Presidência **PAULO MADEIRA**; **ALESSANDRO RILSONEY DIAS DE SOUZA** – Diretor Geral do TJAP; **GLÁUCIO MACIEL BEZERRA** – Diretor do Departamento Financeiro/TJAP; **VERIDIANO COLARES**, Chefe de Gabinete da Presidência; **JOÃO DE SOUZA TRAJANO** – Assessor de Planejamento/TJAP; **DIEGO FRANÇA DA SILVA** – Diretor do DEGESP; **JOB DUARTE MORAIS** – Escritório de Projetos-ASPLAN/TJAP; **EDINALDO SIQUEIRA DA COSTA** – Serviço Médico/TJAP; **MÁRCIO ALCÂNTARA** – Divisão de Engenharia; **ADELSON ANDERSON** – Secretaria de Gestão Processual Eletrônica – SGPE; **MARCO ANTONIO CRAVEIRO** – Departamento de Informática e Telecomunicações – DEINTEL; **SUZIVALDO MONTEIRO** – Departamento Administrativo – DA; Coronel **PROTÁSIO** e Major **GLEIDSON ROCHA** – Gabinete Militar; **BERNADETH FARIA** e **ALUÍSIO MENESCAL** – Assessoria de Comunicação. Na abertura, o Presidente do TJAP, Des. JOÃO LAGES, falou da importância do afinamento dos temas a serem considerados como pauta para a reunião de quinta-feira, 25 de junho, no tocante ao retorno gradual das atividades do Tribunal de Justiça, sobre o que na prática é possível ser feito ante as eventualidades decorrentes que surgirem, ou seja, dobrar os meios caso ocorra alguma situação que não consta no Plano ou não foi previsto ou planejado.

Pergunta do Presidente: Como será o retorno dos 25%, vai atingir também os jurisdicionados? Temos que pensar numa forma de atendimento de controle de quem vai fazer esse serviço de atendimento ao jurisdicionado. Como será o recebimento do nosso



ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO PARA REALIZAÇÃO DE ESTUDOS SOBRE O RETORNO AO TRABALHO PÓS PANDEMIA, ASSEGURANDO A SEGURANÇA DE MAGISTRADOS E SERVIDORES – RESOLUÇÃO Nº 1367/2020-TJAP

jurisdicionado. Com a palavra, o Juiz PAULO MADEIRA disse que, somente quando começarem as procuras é que será possível aferir esse quantitativo. É preciso fazer um trabalho de análise na primeira semana do retorno. Havendo um aumento na procura é possível estabelecer metas. Quê critérios serão aplicados para atender determinado público, ex: idosos. No primeiro momento, se utiliza 25% da mão de obra para atender o público. Havendo uma busca grande de jurisdicionados, é possível estabelecer o controle através da utilização de senha. A preocupação do Presidente do TJAP é que, já na abertura gradual, haja uma massificação nas Unidades Judiciais e não tenha servidores suficientes para o devido atendimento, criando um sentimento de insatisfação por parte da sociedade. O Juiz PAULO MADEIRA esclareceu que, muitos usuários ainda continuarão a buscar o atendimento on-line. Esse tipo de atendimento vai contribuir para evitar essa aglomeração. Mas, somente na abertura vai ser possível avaliar a aplicabilidade do controle. O Diretor do DEFIN, GLÁUCIO MACIEL, sugeriu, ante a possibilidade de aglomeração e virar um ambiente de contaminação, uma triagem forte na entrada dos prédios do Judiciário a fim dar acesso apenas àquelas pessoas cujo atendimento já se encontra definido. Outro cuidado que se deve ter é em relação aos prédios Superfácil, como o governo vai realizar esse atendimento pra ver como será a atuação TJAP dentro dentro desses órgãos. ADELSON ANDERSON, da SGPE, sugeriu, também, manter contato com esses Órgão do Governo para saber como está definida a política para o atendimento, visto que quem realiza esses serviços para o Judiciário são servidores do Superfácil, somente a coordenação é servidor do TJAP. O Des. JOÃO LAGES falou que é importante que a organização/controle da entrada, pensando sempre na segurança e na saúde do usuário; na imagem do Judiciário perante a mídia nesse primeiro momento. É obrigação da Justiça dar um bom exemplo de que estamos cumprimento com as recomendações de segurança. Dr. PAULO MADEIRA sugeriu ainda a instalação de cabines de senhas, não necessariamente nas Unidades Judiciais mas em locais estratégicos da cidade, bem como o agendamento On-line, com definição de dia/hora/local de atendimento, pra facilitar maior controle de



ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO PARA REALIZAÇÃO DE ESTUDOS SOBRE O RETORNO AO TRABALHO PÓS PANDEMIA, ASSEGURANDO A SEGURANÇA DE MAGISTRADOS E SERVIDORES – RESOLUÇÃO Nº 1367/2020-TJAP

acesso dos jurisdicionados ao Judiciário, tudo já definido na própria senha, além de companhia massiça, e ser encampada pela ASCOM, nos meios de comunicação para conhecimento da sociedade. Outro ponto a ser considerado é o aperfeiçoamento do atendimento On-line que muito vai contribuir para a redução dos atendimentos não presenciais. No tocante ao atendimento Psicossocial, levantado pelo Chefe de Gabinete da Presidência, VERIDIANO COLARES, foi informado pelo Diretor Geral, ALESSANDRO RILSONEY, com base em reunião entre Magistrada dessa seara e representantes do Conselho desses profissionais, não haver outra forma de atendimento senão presencial, em vista da importância da visitação à vítima para segurando para o trabalho psicossocial. Telepresencial não funciona adequadamente. Com a Palavra, o Presidente ressaltou que cada para determinadas realidades, é importante necessário que as Unidades encaminhem suas demandas para que sejam apreciadas em vista a que medida tomar. O Desembargador pediu um encaminhamento às Unidades Judiciais para que encaminhem, no prazo de 48 horas, um resumo de plano das medidas que deverão adotar para a retomada das atividades presenciais. Somente assim a Comissão vai saber como cada Unidade vai se organizar e poder oferecer a mais e procurar atender. Com a palavra, EDINALDO SIQUEIRA, do Serviço Médico, disse que, em contato os responsáveis das Comarcas do interior, existe grande preocupação desse retorno, vez que, as garantias de segurança são todas elas esperadas que recebam o apoio do TJAP. Fora a Comarca de Laranjal do Jari, que vai receber suporte de testes da prefeitura de lá, as demais encontram dificuldade a esse respeito. O risco por lá é muito grande de abrirem as portas e as condições para o atendimento ainda não seja o mais seguro possível para receber o público e gerar reclamação. É preciso envolver mais as comarcas nessas discussões. Para ajudar no fluxo de entrada, o Juiz PAULO MADEIRA, vê também com viável, a utilização de cordas para afunilar e uma pessoa controlando a entrada e manter o espaçamento recomendado de uma pessoa pra outra, na entrada dos Fóruns. Em relação a essa preocupação, o Des. JOÃO LAGES designou o seu Diretor Geral e o Assessor de Gabinete da Presidência para



ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO PARA REALIZAÇÃO DE ESTUDOS SOBRE O RETORNO AO TRABALHO PÓS PANDEMIA, ASSEGURANDO A SEGURANÇA DE MAGISTRADOS E SERVIDORES – RESOLUÇÃO Nº 1367/2020-TJAP

designar uma equipe para ir todas as comarcas do interior, com urgência, para ver as necessidades de assistência para a segurança dos servidores e magistrados, nesse momento de retorno, visto que o interior começa a clamar ante o aumento dos casos de contaminação pelo Coronavírus. A respeito dos pontos falados até então, as consultas às Unidades, ida às comarcas, na semana que vai do dia 22 ao dia 26, essa semana será para preparar o interior, e na semana que vai do dia 29 ao dia 03 de julho, o Presidente do TJAP propôs fazer uma simulação de retorno, ajustando a preparação para o dia 06 de julho, sobretudo se os aparelhos estão funcionando; quem de fato vai ficar nos pontos estratégicos de recepção com a chegada do público.

Prosseguindo a reunião, com a palavra, o Des. JOÃO LAGES colocou os pontos a serem debatidos na reunião de quinta-feira, dia 25/06, quais sejam: 1 – O retorno em relação ao Sistema Carcerário; 2 – Sistema Sócio-educativo. Como será a recepção nas Unidades Judiciárias? O Juiz PAULO MADEIRA, ressaltou convidar dos Juízes JOÃO MATOS, da VEP e ESCLEPIADES NETO do Juizado da Infância e Juventude de Macapá, para saber como eles estão acompanhando esse desenrolar. Feito isso, a Comissão Administrativa reúne para construir soluções. Perguntado aos Oficiais do Gab. Militar do TJAP, o Major ROCHA entende ser mais seguro adotar o sistema de Cabines de Senhas e o Agendamento On-line, que já é uma senha, visto que muitos Órgãos, especialmente os Federais, adotam esse sistema e tem garantido exito no atendimento e evitado aglomeração e transtornos aos usuários. Nesse sistema de atendimento, é mais seguro para mensurar o número de atendimentos diários e mensal, dentro dos 25% iniciais. Para os casos, onde o público bem menor por não ter acesso pelo sistema on-line, se adota o controle na entrada dos Fórum com o recurso de cordas e a sinalização do espaçamento. Dito isso, o Des. JOÃO LAGES já deliberou para segunda-feira, 29, realizar simulação de retorno no Fórum de Macapá, para ajustar os pormenores e devidas competência na linha de frente. Com a palavra, JOB MORAIS, do Escritório de Projetos, argumentou, diante do Plano aprovado, que cada Departamento – DA, DEFIN, SGPE, DEINTEL, DEGESP, GABINETE MILITAR,



ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO PARA REALIZAÇÃO DE ESTUDOS SOBRE O RETORNO AO TRABALHO PÓS PANDEMIA, ASSEGURANDO A SEGURANÇA DE MAGISTRADOS E SERVIDORES – RESOLUÇÃO Nº 1367/2020-TJAP

SERVIÇO MÉDICO, ENGENHARIA, ASCOM - encaminhe a ele as ações que cada um está executando para o retorno, e até o dia 29, consolidadas essas informações, se obter um demonstrativo do Plano e em paralelo, as ações de cada Departamento dentro desse processo. Se o protótipo deu certo, a ação continua. JOB MORAIS assegurou a necessidade de formalizar a execução a fim de dar clareza e objetividade ao cumprimento do Plano.

No segundo momento da reunião, após a saída do Presidente, Des. JOÃO LAGES, JOÃO TRAJANO, Assessor de Planejamento, passou a conduzir os trabalhos, solicitando as providências que cada membro da Comissão ficou atender. Com a palavra, O Diretor do DA, SUZIVALDO MONTEIRO, informou que foi solicitado Suprimento de Fundo para o servidor EDIVALDO fazer instalação de pias nas comarcas do interior e da Capital; uso de corda, a levar em consideração três públicos – operadores do Direito, público em geral e prioridades, indicando através dos adesivos demarcatórios do distanciamento e que espaço cada um deve ocupar; e também aquisição de 10 toten, dispensadores de álcool em gel, a chegar até o final de junho e mais 25 termômetros para medir a temperatura à distância; bem como a colocação de acrílico em alguns ambientes. O Diretor do DA reforçou sua preocupação em relação a insuficiência de máscaras, o estoque não vai atender a demanda. EDINALDO SIQUEIRA, ressaltou a ida para o interior de levar os kits e entregar todos EPI's, e orientar corretamente o seu uso para evitar o risco de contaminação. O Diretor Geral informou que as mascaras foram solicitadas sexta feira (19) para fazer aquisição direta. Em relação aos contatos, o Juiz PAULO MADEIRA vai encaminhar comunicado aos Juízes do interior para manterem contato com os gestores de cada município a respeito do apoio às testagens dos servidores que moram nas comarcas. A respeito das adequações providenciadas pela Engenharia, MÁRCIO ALCÂNTARA informou que estão estruturando as SU's para trabalharem no formato de báias e em outros casos, distanciar as mesas a fim de dar mais espaços nas salas para comportar os 25%. Em razão desse período chuvoso, existe a possibilidade de tendas nas entradas dos Fóruns. Por



ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO PARA REALIZAÇÃO DE ESTUDOS SOBRE O RETORNO AO TRABALHO PÓS PANDEMIA, ASSEGURANDO A SEGURANÇA DE MAGISTRADOS E SERVIDORES – RESOLUÇÃO Nº 1367/2020-TJAP

outro lado, em caso de chuva, é muito difícil aglomeração, por isso não se vê tão necessários esse empreendimento. Mas, a colocação de cordas para afunilar a entrada das pessoas e também adesivos orientando o distanciamento. Contudo, o que deve prevalecer é o Agendamento On-line para dar a segurança necessária, aos servidores e ao público. Sobre o layout nas salas, o Diretor do DEINTEL, MARCO CRAVEIRO, justificou desnecessário mudar em razão do dispêndio que o Tribunal vai ter com parte elétrica, rede lógica de computadores e divisórias e não vai resolver. Como a situação é provisória, a orientação é alternar os servidores e os espaçamentos das mesas de trabalho. Com o intuito de operacionalizar e dar efetivo andamento das ações, todos concordaram com o seguimento do cronograma de execução sugerido pelo servidor JOB MORAIS. Apesar do tema girar muito em torno das acomodações dos servidores nas salas, todos entendem que a questão vital a ser considerada prioritária é o retorno do cidadão ao ambiente forense. As providências nesse sentido devem ser urgentes, como as já destacadas: cabines de senhas; agendamento on-line pelo site do TJAP; colocação de cordas e adesivos nas entradas para os operadores do direito, idosos e para o usuário comum que não teve condições de utilizar os recursos tecnológicos para fazer o seu agendamento. A respeito da presença do Advogado, Defensor Público, MPE, Procuradoria Geral, esses receberão comunicados das novas medidas, além da massificação, pela ASCOM, dessas medidas a sociedade em geral. Com a palavra, BERNADETH FARIAS sugeriu antes da abertura, uma reunião por vídeoconferência com representantes desses órgãos para alinhar as tratativas para o retorno e suas consequências, dentre elas as audiências por vídeoconferência envolvendo os detentos do IAPEN, onde as medidas serão de acordo com o local de cada um, ou seja, o Juiz em seu gabinete ou em casa, Advogados, Defensores e Promotor de Justiça em seus gabinetes/escritórios e o apenado em uma sala no IAPEN, devidamente com os paramentos de segurança. Sobre o regramento geral, que consiste no Disciplinamento das Ações alinhados ao Plano Geral, o servidor JOB MORAIS já ajustou e encaminhou o modelo do Plano de Ação Operacional das Unidades envolvidas - DA, DEFIN, DEGESP,



ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO PARA REALIZAÇÃO DE ESTUDOS SOBRE O RETORNO AO TRABALHO PÓS PANDEMIA, ASSEGURANDO A SEGURANÇA DE MAGISTRADOS E SERVIDORES – RESOLUÇÃO Nº 1367/2020-TJAP

e os demais, para serem preenchidas e devolvidas ao mesmo para consolidação e apresentação ao DG. Posto que todas essas ações deverão, até a data que antecede a abertura e retorno, terem sido executadas, dentro do universo dos 25%. Isso tudo vai gerar um Ato Conjunto entre Presidência e Corregedoria, seguindo o que outros Tribunais já vêm adotando nesse seguimento. A assinatura do Ato vai dar consistência e otimizar os encaminhamentos propostos. Por fim, foi sugerido pelo Assessor de Planejamento, JOÃO TRAJANO, a colocação de um outdoor/faixa, em frente ao Fórum, contendo as orientações bem visíveis de medida de segurança e outros procedimentos. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião. Depois de lida, a Ata foi assinada pelos presentes.

Desembargador JOÃO LAGES

Presidente do Tribunal de Justiça do Amapá